



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ
COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
Comissão Executiva do Vestibular – CEV



Concurso Público de Provas para Contratação de Empregados Públicos na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos — METROFOR — e Formação de Cadastro Reserva
Edital Nº 01/2022 – METROFOR/SEPLAG/SEINFRA, de 24 de fevereiro de 2022



PROVA OBJETIVA ANALISTA DE GESTÃO DIREITO

DATA DE APLICAÇÃO: 21 DE AGOSTO DE 2022

INÍCIO: 9 HORAS — TÉRMINO: 13 HORAS

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O bom exemplo é o melhor conselho.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém 45 (quarenta e cinco) questões, com 4 (quatro) alternativas cada, distribuídas da seguinte forma:

- **Conhecimentos Gerais** – 10 (dez) questões;
- **Conhecimentos Específicos** – 35 (trinta e cinco) questões.

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 1, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa:

- a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada;
- o CADERNO DE PROVA.

IMPORTANTE!

SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, NESTA PROVA, AO CANDIDATO QUE NÃO ENTREGAR SUA FOLHA DE RESPOSTAS.

LEIA COM ATENÇÃO!
INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 45 (quarenta e cinco) questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa da prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, na folha de respostas, pintando, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 5 b), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b) não assinar a folha de respostas;
 - c) marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova;
 - d) fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 16 horas do dia 21 de agosto de 2022 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir do dia 08 de setembro de 2022.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação deste Concurso Público.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo e objetos de qualquer natureza (moedas, clips, grampos, cartões magnéticos, carteira de cédulas, lenços, papéis, anotações, panfletos, lanches, etc.) que estejam nos bolsos de suas vestimentas, pois estes deverão estar vazios durante a prova. Todos esses itens serão acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com a alínea g do subitem 8.18 do Edital que rege o certame.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado deste Concurso Público, de acordo com a alínea i do subitem 8.18 do Edital que rege o certame.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado caso não faça a entrega da folha de respostas.
17. Os recursos relativos a esta Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.uece.br/cev.

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Em abril de 1960, com a fundação de Brasília, o Distrito Federal foi transferido para a Região Centro-Oeste. Como previa a Constituição Brasileira de 1946, após a transferência da capital do país para Brasília, o antigo Distrito Federal passaria a constituir o(a)

- A) território de Fernando de Noronha.
- B) estado da Guanabara.
- C) município de Petrópolis.
- D) capital do Rio de Janeiro.

02. A primeira constituição brasileira foi promulgada na vigência do(a)

- A) Regime Imperial.
- B) Regime Colonial.
- C) Primeira República.
- D) Nova República.

03. Em dezembro de 2020, o Comitê Olímpico Internacional (COI) reconheceu como modalidade olímpica a ser incluída nas Olimpíadas de Paris 2024 o

- A) softball.
- B) boxe feminino.
- C) breaking.
- D) trampolim acrobático.

04. Zika vírus, dengue e chikungunya são doenças que têm por agente etiológico o vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Esse grupo de infecções virais é denominado

- A) arbovirose.
- B) zoonose.
- C) anixenose.
- D) parasitose.

05. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), entre seus países membros, tem

- A) Estados Unidos, França e Andorra.
- B) Reino Unido, Liechtenstein e Bósnia.
- C) Romênia, República de Malta e Moldávia.
- D) Hungria, Macedônia do Norte e Canadá.

06. Reconhecidos como berçários da vida marinha, constituem um dos ecossistemas mais produtivos do planeta. Agindo como barreiras contra a ação de marés, ondas e ventos, protegem as zonas costeiras de erosões. Possuem solos ricos em nutrientes e servem de habitat para peixes e mariscos. Essas são características dos

- A) pantanais.
- B) estuários.
- C) manguezais.
- D) deltas.

07. A Constituição Federal de 1988 afirma que a República Federativa do Brasil é constituída pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal. Atualmente, o Brasil tem 26 estados, alguns dos quais já foram territórios, a exemplo de

- A) Goiás e Tocantins.
- B) Roraima e Amapá.
- C) Pernambuco e Minas Gerais.
- D) Maranhão e Alagoas.

08. Segundo autoridades em saúde, o Ceará tem registrado um aumento significativo no número de casos de leishmaniose tegumentar americana, que é uma doença infecciosa, não contagiosa, causada por um protozoário. Essa doença é transmitida ao ser humano via

- A) contato direto com animal silvestre infectado.
- B) saliva de cães ou gatos contaminados.
- C) mordida de morcego hematófago infectado.
- D) picada da fêmea de flebotômico infectado.

09. Sobre os partidos políticos, é correto afirmar que

- A) são livres para receber recursos financeiros de quaisquer fontes, inclusive de entidades e governos estrangeiros.
- B) têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, em conformidade com a lei.
- C) podem, excepcionalmente, recorrer às organizações paramilitares com o propósito de garantir sua autonomia.
- D) ficam desobrigados da prestação de contas à Justiça Eleitoral, quando não elegerem candidatos a cargos majoritários.

10. Um filme brasileiro, dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, obteve o Prêmio do Júri no Festival de Cannes de 2019. Essa obra que teve em seu elenco Sônia Braga, Udo Kier, Bárbara Colen, Silvero Pereira chama-se

- A) Bacurau.
- B) Marighella.
- C) Índios do Brasil.
- D) A Vida Invisível.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. O inciso XXI do artigo 7º da Constituição da República diz que os trabalhadores urbanos e rurais têm direito a “*aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei*”. Tem-se, aqui, um exemplo de norma constitucional de eficácia

- A) contida.
- B) limitada.
- C) plena.
- D) programática.

12. A participação de sociedade de economia mista em empresa privada está condicionada à

- A) anuência dos órgãos deliberativos.
- B) aprovação em Assembleia Geral.
- C) aquiescência dos acionistas majoritários.
- D) autorização legislativa.

13. Sobre os precatórios judiciais, a Constituição Federal prescreve que

- A) a Fazenda Pública Federal, mediante autorização do Senado, poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados e Municípios, refinanciando-os diretamente.
- B) as atualizações monetárias de valores de requisitos, independentemente de sua natureza, serão feitas por meio de índice inflacionário oficial, calculado por órgão do governo federal.
- C) o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.
- D) os entes federativos não podem utilizar valores de sentenças transitadas em julgado, devidos a pessoas jurídicas de direito público, para amortizar dívidas vencidas.

14. Com base nas disposições constitucionais que dispõem sobre o Poder Judiciário, assinale a afirmação verdadeira.

- A) As custas e emolumentos processuais serão destinados, prioritariamente, ao custeio dos serviços afetos às atividades finalísticas da Justiça.
- B) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros presentes à sessão.
- C) Os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão, via de regra, públicos e suas decisões deverão ser fundamentadas, sob pena de nulidade absoluta.
- D) Os servidores, ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.

15. Produzirão efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal,

- A) nas ações declaratórias de constitucionalidade e nas ações de arguição por descumprimento de preceito fundamental.
- B) nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas declaratórias de constitucionalidade e nas de arguição por descumprimento de preceito fundamental.
- C) sobre temas tratados em súmulas vinculantes, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas declaratórias de constitucionalidade.
- D) sobre temas tratados em súmulas vinculantes, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas de arguição por descumprimento de preceito fundamental.

16. Segundo a nova lei de licitações e contratos administrativos, em vigor desde 01/04/2021, a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

- A) pode ser realizada mediante processo de contratação direta.
- B) deve ser realizada por meio de dispensa de licitação.
- C) não pode ser realizada por meio de pregão ou concurso.
- D) será realizada por meio de inexigibilidade de licitação.

17. O controle de constitucionalidade que pode ser realizado por qualquer órgão do Poder Judiciário

- A) não é difuso.
- B) trata de caso concreto.
- C) não é incidental.
- D) vale para todos.

18. Assinale a opção que corresponde ao remédio constitucional que é gratuito, mas precisa de advogado para ajuizá-lo.

- A) Ação Popular e Habeas Data.
- B) Ação Popular e Mandado de Injunção.
- C) Habeas Corpus e Mandado de Segurança.
- D) Habeas Data e Mandado de Injunção.

19. O direito da União de exigir contribuições sociais do empregador, incidentes sobre a folha de salários, a receita, o faturamento e o lucro, está sujeito às limitações constitucionais do poder de tributar, sendo

- A) facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites legais, praticar atos que impliquem majoração, com produção de efeitos somente no exercício financeiro seguinte.
- B) possível a cobrança em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que as houver aumentado, se esta trouxer dispositivo que lhe conceda efeitos retroativos.
- C) vedada a cobrança antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.
- D) vedada a cobrança no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.

20. Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele reintegrado, e se o eventual ocupante da vaga for estável, poderá ser

- A) aproveitado em outro cargo, com direito a indenização.
- B) mantido no cargo até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- C) reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.
- D) posto em disponibilidade com remuneração integral.

21. No que diz respeito às entidades integrantes da administração pública indireta, é correto afirmar que

- A) os consórcios públicos integram a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- B) somente através de lei complementar específica poderá ser autorizada a instituição de autarquia e fundação pública.
- C) somente por meio de lei específica poderão ser criadas empresa pública e sociedade de economia mista.
- D) as agências reguladoras são autarquias especiais caracterizadas pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica.

22. Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará

- A) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos financeiros repassados pela União, mediante convênio, ao governo estadual e às prefeituras municipais cearenses.
- B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, constatadas no âmbito das administrações públicas cearenses.
- C) julgar as contas de prefeitos de municípios cearenses e daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário municipal.
- D) sustar atos e contratos considerados irregulares, comunicando, de imediato, sua decisão ao titular do controle externo.

23. Segundo o parágrafo 6º do artigo 37 da Lei Maior, "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa". Com base nesta norma constitucional, a doutrina defende que a responsabilidade civil do Estado é

- A) objetiva, fundamentada pela teoria do risco administrativo.
- B) objetiva, fundamentada pela teoria da culpa civil.
- C) subjetiva, fundamentada pela teoria do risco integral.
- D) subjetiva, fundamentada pela teoria da culpa administrativa.

24. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXV, diz que "*no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano*". O referido dispositivo constitucional se refere à modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada denominada

- A) limitação administrativa.
- B) ocupação administrativa.
- C) requisição administrativa.
- D) servidão administrativa.

25. A limitação constitucional do poder de tributar, segundo a qual é vedada a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, não se aplica aos seguintes tributos:

- A) contribuição para o financiamento da seguridade social e empréstimos compulsórios de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- B) contribuição previdenciária e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- C) imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados.
- D) imposto sobre importação de produtos estrangeiros e imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

26. Excluem o crédito tributário:

- A) anistia e isenção.
- B) compensação e transação.
- C) decadência e imunidade.
- D) prescrição e remissão.

27. A lei civil, ao estabelecer regras para a prescrição, diz que a

- A) interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- B) prescrição iniciada contra uma pessoa física não continua a correr contra o seu sucessor.
- C) prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- D) renúncia da prescrição, em prejuízo de terceiro, só valerá se for feita antes de a prescrição se consumir.

28. O defeito do negócio jurídico que ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, denomina-se

- A) coação.
- B) lesão.
- C) dolo accidental.
- D) erro substancial.

29. No tocante à responsabilidade tributária, é correto afirmar que

- A) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo fato gerador da obrigação tributária a terceira pessoa, tornando o contribuinte responsável solidário.
- B) o inventariante é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo falecido até a data da abertura da sucessão.
- C) a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do contribuinte ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- D) os pais são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores.

30. O defeito oculto em coisas recebidas em virtude de contrato comutativo, que as torne impróprias ao uso a que são destinadas ou lhes diminua o valor denomina-se

- A) cláusula resolutiva.
- B) evicção.
- C) fraude contra credores.
- D) vício redibitório.

31. As Juntas Comerciais devem negar o registro de contratos de sociedade que envolva sócio incapaz, se o

- A) assistente do relativamente incapaz for pessoa que, por força de lei, não puder exercer atividade de empresário.
- B) capital da sociedade não tiver totalmente integralizado.
- C) representante do absolutamente incapaz for pessoa que, por força de lei, não puder exercer atividade de empresário.
- D) sócio incapaz não tiver exercendo a administração da sociedade.

32. Sobre o contrato de fiança, é correto afirmar que

- A) não sendo limitada, a fiança compreenderá todos os acessórios da dívida principal, desde a citação do fiador.
- B) o fiador poderá ser demandado antes que se faça certa e líquida a obrigação do principal devedor.
- C) se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, o credor não poderá exigir, em juízo ou fora dele, que seja substituído.
- D) uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação quando solidariamente assumida com o devedor.

33. A ação adequada para a tutela da posse contra a turbação denomina-se

- A) Interdito Proibitório.
- B) Possessória Imobiliária.
- C) Reintegração de Posse.
- D) Manutenção de Posse.

34. Segundo as Regras de Competência do Código de Processo Civil,

- A) a qualquer tempo, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- B) a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.
- C) as competências absoluta e relativa poderão modificar-se pela conexão e continência, respectivamente.
- D) as partes só podem modificar a competência em razão do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

35. A tutela provisória, nos termos do Código de Processo Civil,

- A) antecipada requerida em caráter antecedente independe do pagamento de custas processuais.
- B) pode ter sua eficácia cessada ou suspensa durante o período de suspensão do processo.
- C) conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- D) será requerida, prioritariamente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

36. Extingue-se o processo de execução se

- A) a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes.
- B) a petição inicial for indeferida e a obrigação for satisfeita.
- C) não forem localizados o executado ou bens penhoráveis.
- D) o exequente não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis.

37. No que diz respeito à contestação no processo cível, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor independe de requerimento do réu.
- B) Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.
- C) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- D) Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos.

38. No procedimento comum cível,

- A) a desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- B) a petição inicial será declarada inepta se contiver pedidos incompatíveis entre si e se a parte for manifestamente ilegítima.
- C) o pedido formulado pelo autor será considerado indeterminado quando o valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- D) o réu que, em litisconsórcio com terceiro, oferecer contestação fora do prazo legal, perde o direito de propor reconvenção.

39. Aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz, poderá ajuizar

- A) ação rescisória.
- B) embargos de terceiro.
- C) ação monitória.
- D) mandado de segurança.

40. O instituto jurídico segundo o qual o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, solicitar ou admitir a participação de pessoa, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, denomina-se

- A) chamamento ao processo.
- B) denunciação da lide.
- C) litisconsórcio.
- D) amicus curie.

41. Em matéria recursal, a lei processual civil prescreve que

- A) a desistência do recurso obsta à análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.
- B) a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte, podendo o recorrente, a qualquer tempo, desistir do recurso, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- C) havendo solidariedade, o recurso interposto por um dos litisconsortes aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
- D) no ato de interposição do recurso, o recorrente deverá comprovar o respectivo preparo, sob pena de preclusão consumativa.

42. A legislação trabalhista prevê o pagamento de verbas rescisórias, tais como:

1. aviso prévio trabalhado;
2. aviso prévio indenizado;
3. décimo terceiro proporcional;
4. férias vencidas acrescidas de 1/3;
5. férias proporcionais acrescidas de 1/3;
6. multa sobre o saldo de FGTS;
7. saldo de banco de horas não compensado.

Havendo demissão por justa causa, o empregado terá direito somente ao recebimento das verbas rescisórias constantes em:

- A) 1, 4 e 7.
- B) 2, 3 e 6.
- C) 3, 4 e 5.
- D) 4, 5 e 7.

43. A perda do direito, por parte do trabalhador urbano ou rural, de exigir créditos resultantes das relações de trabalho chama-se prescrição,

- A) cuja interrupção somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista perante juízo competente.
- B) cujos prazos, fixados em lei, se aplicam a todos os contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.
- C) que ocorre no prazo de 5 (cinco) anos, até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato.
- D) que não se aplica às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

44. À luz das normas legais relativas às convenções e acordos coletivos de trabalho, assinale a afirmação verdadeira.

- A) As regras e condições estabelecidas em convenção sempre prevalecerão sobre as estipuladas em acordo.
- B) Os acordos e convenções têm duração de 1 (um) ano, admitida uma única prorrogação por igual período.
- C) No exame de convenção ou acordo, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico.
- D) Os acordos são instrumentos normativos realizados entre sindicatos de empregadores e de empregados e geram obrigações recíprocas.

45. As Comissões de Conciliação Prévia instituídas no âmbito do sindicato

- A) terão sua constituição e normas de funcionamento definidas em convenção ou acordo coletivo.
- B) não podem ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.
- C) são criadas com a finalidade de tentar conciliar os conflitos individuais ou coletivos do trabalho.
- D) têm prazo de trinta dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.